

21-03-2012

Tiragem: 16658

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e. | Corte: 1 de 1

Pág: 35

Cores: Preto e Branco

Área: 26,41 x 34,01 cm²



CONCORRÊNCIA

Advogados contestam instalação de Tribunal em Santarém

A ideia de instalar o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em Santarém já vem do Governo de José Sócrates. E foi mantida pelo Executivo de Passos Coelho que, no entanto, decidiu instalaro Tribunal da Propriedade Intelectual em Lisboa.

Os advogados especializados em Direito da Concorrência contestam esta descentralização, já que os intervenientes estão, na maioria, em Lisboa e Porto. Contestam com o próprio memorando de entendimento com a troika. Em unissono, os juristas contactados pelo Negócios dizem que instalar em Santarém o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão contradiz os objectivos de eficiência e redução de custos. Lembram, todos, que os reguladores e supervisores e a própria Autoridade da Concorrência está em Lisboa, tendo de se deslocar a Santarém para os processos judiciais.

Nuno Ruiz, sócio da Vieira de Almeida, interroga-se mesmo se haverájuízes do Tribunal do Comércio (para o qual cabe recurso dos processos da Concorrência) que aceitem mudar-se para Santarém ou fazer esse percurso diariamente. O que leva à conclusão de que "teremos, pois, novos juízes em Santarém e anos de experiência deitados à rua". Nuno Ruiz apelida esta decisão de instalar este tribunal em Santarém de "inexplicável".

João Paulo Teixeira da Matos, da Garrigues, caracteriza de erro a decisão. "Se há tribunal que deveria estar em Lisboa era precisamente este", diz ao Negóclos, acrescentando não existir "qualquer elemento de conexão relevante com Santarém". Por isso, "a localização do tribunal irá necessariamente gerar ineficiências e custos acrescidos para os intervenientes nos processos sem que tal traga ganhos significativos a Santarém"

Ricardo Oliveira, sócio da PLMJ, descreve a escolha de "surpreendente" e "imprópria de um país sob programa de resgate financeiro que procura racionalizar despesas". E, assegura, "não aproveita a nenhum dos 'stakeholders'"

O diploma que institui os dois tribunais especializados saiu ontem em Diário da República, faltando ainda portaria para que possam entrar em funcionamento. Cada um dos tribunais terá dois juízes. AM

Teremos pois novos juízes em Santarém e anos de experiência deitados à rua.

NUNO RUIZ Vieira de Almeida Se há tribunal que deveria estar em Lisboa era precisamente este.

JOÃO TEIXEIRA DE MATOS Garrigues

E surpreendente à luz do objectivo de aumento da eficiência e redução de desperdícios.

RICARDO OLIVEIRA

Sócio da PLMJ da área de prática de Direito Europeu e da Concorrência

A natureza e dimensão dos conflitos não justificam a disseminação por vários tribunais.

MINISTÉRIO DA JUSTICA Diploma ontem publicado